

Calendário de compromissos do jurisdicionado junto ao TCE Exercício 2011

OBSERVAÇÕES RELEVANTES

<p>Contagem dos prazos Processuais (Resolução nº 14/2007 – Regimento Interno do TCE)</p>	<p>Art. 263. Nos termos da Lei Complementar nº 269/2007, os prazos serão contínuos, não se interrompendo nos finais de semana e feriados, e serão computados excluindo-se o dia do início e incluindo o do vencimento.</p> <p>Parágrafo único. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente, se o início ou término coincidir com final de semana, feriado ou dia em que o Tribunal de Contas esteja fechado ou que tenha encerrado o expediente antes da hora normal.</p> <p>Art. 267. Na contagem dos prazos referentes aos atos publicados no Diário Oficial do Estado, observar-se-á o disposto no art. 263 deste regimento e o seguinte:</p> <p>I. Tratando de citação ou notificação a se realizar em município do interior do Estado, os prazos iniciam-se após o decurso de 3 (três) dias úteis da data de publicação do despacho ou da decisão no Diário Oficial do Estado;</p> <p>II. Tratando-se do município de Cuiabá e municípios da Região Metropolitana, os prazos iniciam-se da data da publicação.</p> <p>§ 1º. Sendo imprescindível a prorrogação de prazo para manifestação da parte, essa se dará, a critério do Relator, no máximo por igual período, desde que solicitada pelo interessado e comprovada a necessidade no decurso do prazo inicialmente concedido, sob pena de não recebimento das razões e documentos apresentados. (Nova redação dada pela Resolução Normativa nº 03/2008) .</p> <p>§ 2º. Eventuais retificações de atos publicados no Diário Oficial do Estado importam na devolução do prazo à parte interessada.</p>
<p>Atualizações</p>	<p>As regras estabelecidas no Regimento Interno do TCE-MT e as deliberações posteriores prevalecem sobre as informações divulgadas neste calendário. Sempre que houver mudanças, o calendário de compromissos disponível no site do TCE trará essas atualizações.</p>
<p>Controle Externo (Constituição do Estado de MT)</p>	<p>Art. 215. Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado ao Tribunal de Contas em suas inspeções ou auditorias, sob qualquer pretexto, caracterizando-se a sonegação falta grave, passível de cominação de pena.</p>

Unidades Gestoras Estaduais	<ul style="list-style-type: none"> • Administração Direta do Poder Executivo; • Assembleia Legislativa; • Tribunal de Justiça; • Procuradoria Geral de Justiça; • Defensoria Pública; • Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Estaduais • Regimes Próprios Previdenciários.
Unidades Gestoras Municipais	<ul style="list-style-type: none"> • Administração Direta do Poder Executivo Municipal; • Câmara Municipal; • Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Municipais • Regimes Próprios Previdenciários; • Associações Gestoras de Consórcios Intermunicipais e demais Associações Municipais.

COMPROMISSOS SEM DATA ESPECÍFICA

<i>ASSUNTO</i>	<i>PRAZO</i>	<i>RESPONSABILIDADE PELA REMESSA</i>
Adiantamentos (arts. 213 e 214 da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	No prazo determinado pelo Conselheiro Relator (quando requisitada a documentação).	<ul style="list-style-type: none"> • Autoridade administrativa competente – todas as unidades gestoras estaduais e municipais.
Aposentadoria, Reserva Remunerada, Reforma, Pensão e Revisão concedidos pela Secretaria de Estado de Administração-SAD-MT. (art. 197 da Resolução nº 14/2007-TCE-MT e Resolução nº 16/2008) Observação: A partir de <u>maio/2011</u> será exigido parecer do controle interno , por meio físico e/ou eletrônico, em cada processo de benefício previdenciário concedido. (art. 5º da Resolução nº 13/2010-TCE-MT).	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os atos concedidos até <u>30/06/11</u> devem ser encaminhados por meio físico até o último dia do mês subsequente ao da publicação do ato concessório. (Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao TCE-MT alterado pelo inciso I do § 2º do art. 5º, da Resolução Normativa 13/2010-TCE-MT) ✓ Os atos concedidos pelo RPPS Estadual (Poder Executivo) a partir de <u>01/05/2011</u> passam a ser enviados, por meio eletrônico, via Sistema APLIC-Cidadão até o último dia do mês subsequente à data de publicação da concessão. (inciso VIII do art. 3º da Resolução Normativa 16/2008 – TCE-MT com redação da Resolução 13/2010) ✓ Excepcionalmente para o benefício de Pensão as concessões serão enviadas, por meio eletrônico, via Sistema APLIC-Cidadão a partir de <u>01/07/11</u>. (inciso VIII do art. 3º da Resolução 16/2008 – TCE-MT) com redação da Resolução 13/2010) 	<ul style="list-style-type: none"> • Dirigente da Secretaria de Estado de Administração-SAD-MT

<p>Aposentadoria, reserva remunerada, reforma, pensão e revisões concedidos pelo Estado, com exceção da SAD/MT (art. 197 da Resolução nº 14/2007-TCE-MT; Resolução 16/2008)</p> <p>Observação: A partir de <u>maio/2011</u> será exigido parecer do controle interno, por meio físico, em cada processo de benefício previdenciário concedido. (art. 5º da Resolução 13/2010-TCE-MT).</p>	<p>✓ Até o final do mês subsequente ao da publicação do ato concessório, por meio físico.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social Estadual, exceto SAD/MT.
<p>Aposentadoria, Reserva Remunerada, Reforma, Pensão e Revisões concedidos pelos Municípios. (art. 197 da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)</p> <p>Observação: A partir de <u>maio/2011</u> será exigido parecer do controle interno, por meio físico e/ou eletrônico, em cada processo de benefício previdenciário concedido. (art. 5º da Resolução 13/2010-TCE-MT).</p>	<p>✓ Os atos concedidos até <u>30/06/11</u> devem ser encaminhados por meio físico até o último dia do mês subsequente ao da publicação do ato concessório. (Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao TCE-MT alterado pelo inciso I do § 2º do art. 5º, da Resolução Normativa 13/2010-TCE-MT)</p> <p>✓ Os atos concedidos pelo RPPS Municipal a partir de <u>01/07/2011</u> passam a ser enviados, por meio eletrônico, via Sistema APLIC-Cidadão até o último dia do mês subsequente à data de publicação da concessão. (inciso IX da Resolução 16/2008 com redação da Resolução 13/2010-TCE-MT)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS Municipais.

Apresentação de defesas, de razões de justificativa, de atendimento de diligências, de cumprimento de determinação do Tribunal de Contas (inciso VIII, do §1º do art. 3º da Resolução XX/2010 TCE-MT)	✓ No prazo determinado pelo Conselheiro Relator ou pelo Tribunal Pleno.	<ul style="list-style-type: none"> • Quem for parte nos processos.
Arquivos de envio imediato – Sistema APLIC (art. 3º da Resolução Normativa 16/2008 e Anexo I – Leiaute das Tabelas do Sistema APLIC para 2011)	✓ Até o segundo dia útil subsequente à ocorrência do fato	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, inclusive das associações gestoras exclusivamente de recursos públicos e dos RPPS, independentemente da personalidade jurídica, todas da esfera municipal.
Comunicações (Termos de parcerias)	✓ No prazo estabelecido em termo de parceria.	<ul style="list-style-type: none"> • Entidades parceiras do TCE/MT.
Concursos Públicos do Estado: (art. 204 da Resolução nº 14/2007 e Resolução Normativa nº 01/2009 que aprovou a 4ª Edição do Manual de Orientação para remessa de documentos) ➤ Edital de Concurso, ➤ Termo Aditivo ou de retificação do edital, se for o caso, e ➤ Termo de Homologação de Concurso; Observação: A partir de <u>maio/2011</u> será exigido parecer do controle interno em todos os concursos públicos abertos. (art. 5º da Resolução 13/2010-TCE-MT)	✓ Até 2 dias uteis após publicação no diário oficial, por meio físico .	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poder e dirigentes de todas as unidades gestoras estaduais.

<p>Processos Seletivos Públicos do Estado: (art. 204 da Resolução nº 14/2007 e Resolução Normativa nº 01/2009 que aprovou a 4ª Edição do Manual de Orientação para remessa de documentos)</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Edital do processo seletivo público; ➤ Termo Aditivo ou de retificação do edital, se for o caso, e ➤ Termo de Homologação do Processo seletivo público. <p>Observação: A partir de <u>maio/2011</u> será exigido parecer do controle interno em todos os processo seletivos públicos abertos. (art. 5º da Resolução 13/2010-TCE-MT).</p> <p>Processos Seletivos Simplificados do Estado: (art. 204 da Resolução nº 14/2007 e Resolução Normativa nº 01/2009 que aprovou a 4ª Edição do Manual de Orientação para remessa de documentos)</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Edital do processo seletivo simplificado; ➤ Termo Aditivo ou de retificação do edital, se for o caso, e ➤ Termo de homologação do processo seletivo simplificado. <p>Observação: A partir de <u>maio/2011</u> será exigido parecer do controle interno em todos</p>		
---	--	--

os processos seletivos simplificados abertos. (art. 5º da Resolução 13/2010)		
<p>Concursos Públicos Municipais: (art. 204 da Resolução nº 14/2007 e Resolução Normativa nº 01/2009 que aprovou a 4ª Edição do Manual de Orientação para remessa de documentos)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Abertura; 2. Retificação do Edital de Abertura 3. Homologação 4. Retificação da Homologação 5. Prorrogação da Validade 6. Cancelamento/Anulação 7. Paralisação <p>Observação: A partir de <u>maio/2011</u> será exigido parecer do controle interno, por meio eletrônico, em todos os concursos públicos abertos. (art. 5º da Resolução nº 13/2010-TCE-MT).</p> <p>Processos Seletivos Públicos Municipais: (art. 204 da Resolução nº 14/2007 e Resolução Normativa nº 01/2009 que aprovou a 4ª Edição do Manual de Orientação para remessa de documentos)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Abertura 2. Retificação 3. Homologação 4. Retificação da homologação 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os procedimentos cujo edital tenha sido publicado até <u>30/06/11</u> deverão ser encaminhados por meio físico até 2 dias úteis após publicação da ata no diário Oficial (4ª Edição do Manual de Orientação de Remessa de documentos ao TCE). ✓ Os procedimentos cujo edital tenha sido publicado a partir de <u>01/05/11</u> deverão ser encaminhados, por meio eletrônico, via Sistema APLIC até o 2º dia útil subsequente à ocorrência do fato, considerando-se a data de publicação do edital de abertura. (Resolução 16/2010, art. 3º, inciso VII, § 1º com redação dada pela Resolução 13/2010) 	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poder e dirigentes de todas as unidades gestoras municipais.

<p>5. Prorrogação da Validade 6. Cancelamento/Anulação 7. Paralisação</p> <p>Observação: A partir de <u>maio/2011</u> será exigido Parecer de controle interno, por meio eletrônico, em todos os processos seletivos públicos abertos. (art. 5º da Resolução nº 13/2010).</p> <p>Processos Seletivos Simplificados Municipais: (art. 204 da Resolução nº 14/2007 e Resolução Normativa nº 01/2009 que aprovou a 4ª Edição do Manual de Orientação para remessa de documentos)</p> <p>1. Abertura 2. Retificação do Edital de Abertura 3. Homologação 4. Retificação da Homologação 5. Prorrogação da Validade 6. Cancelamento/Anulação 7. Paralisação</p> <p>Observação: A partir de <u>maio/2011</u> será exigido parecer do controle interno, por meio eletrônico, em todos os processos seletivos simplificados abertos. (art. 5º da Resolução nº 13/2010)</p>		
--	--	--

Consultas formais (arts. 232 e 233 da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	✓ Quando necessário.	Estão legitimados a formular consulta: <ul style="list-style-type: none"> • <u>Âmbito Estadual</u>: Governador do Estado, Presidente do Tribunal de Justiça, Presidente da Assembleia Legislativa, Secretários de Estado, Procurador-Geral de Justiça, Procurador-Geral do Estado, Defensor Público-Geral; Os Dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo Estado e conselhos constitucionais e legais. • <u>Âmbito Municipal</u>: Prefeito; Presidente de Câmara Municipal; Dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo Município, consórcios municipais e conselhos constitucionais e legais;
Convite ou Edital (Obras e Serviços de Engenharia) – Sistema GEO-OBRAS - TCE/MT (art. 3º, inciso I da Resolução Normativa TCE nº 06/2008)	✓ Até 3 dias da sua publicação	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e toda e qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pelo Estado e Municípios de Mato Grosso.
Contratos e suas retificações (Obras e Serviços de Engenharia) – Sistema GEO-OBRAS - TCE/MT (art. 3º, inciso II da Resolução Normativa TCE nº 06/2008)	✓ Até 3 dias da publicação do extrato do contrato ou alteração	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e toda e qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pelo Estado e Municípios de Mato Grosso.

Contratos, convênios, acordos, ajustes e demais instrumentos congêneres, bem como, licitações, inclusive inexigibilidades e dispensas (art. 167; art. 185; arts. 205 e 214 da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	✓ No prazo determinado pelo Conselheiro Relator (quando requisitada a documentação).	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes de todas as unidades gestoras estaduais e municipais.
Decisão do Poder Legislativo sobre as contas de governo do Estado e Municípios (art. 181 da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	✓ Até o último dia do mês subsequente ao julgamento.	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes dos Poderes Legislativos Estadual e Municipais.
Declaração de bens (art. 215 da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	✓ No prazo de 15 dias contados da posse ou entrada em exercício e do término da gestão ou mandato.	<ul style="list-style-type: none"> • Chefe do Poder Executivo Estadual e Municipal • Vice Governador e Vice-Prefeito; • Presidente do Tribunal de Justiça Estadual; • Procurador Geral do Ministério Público Estadual; • Presidente do Tribunal de Contas do Estado; • Procurador-chefe do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas; • Defensor Geral da Defensoria Pública do Estado; • Secretários de Estado; • Deputados Estaduais e Vereadores; • Outras autoridades ou ordenadores de despesas, quando requisitado pelo Conselheiro Relator.
Denúncias e Representações de natureza externa (art. 217 e inc. I do art. 224 da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	✓ Imediatamente.	<ul style="list-style-type: none"> • Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato; • Autoridades públicas; • Responsáveis pelo controle interno.
Eventual alteração na LOA (art. 166, § 2º da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	✓ Até 10 dias após sua edição.	<ul style="list-style-type: none"> • Chefe dos Poder Executivo Estadual e Municipal.
Índices das quotas de participação dos	✓ Até 30 dias após a publicação do quadro	<ul style="list-style-type: none"> • Secretário de Estado de Fazenda.

municípios no ICMS (art. 212 da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	definitivo.	
Licitações envio imediato via Sistema APLIC-Cidadão. (inciso VI, do §1º do art. 3º da Resolução 16/2008 - TCE-MT)	✓ Até o 2º dia útil subsequente à ocorrência do fato	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes de todas as unidades gestoras municipais, inclusive das associações gestoras de consórcios intermunicipais e dos RPPS com personalidade jurídica.
Pacto de cooperação (art. 187, inc. I da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	✓ Até 15 dias após a constituição.	<ul style="list-style-type: none"> • Dirigentes de Associações Gestoras de Consórcios Intermunicipais.
Pedido de rescisão (art. 251, parágrafo único da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	✓ Até 2 anos contados da data da irrecorribilidade da deliberação.	<ul style="list-style-type: none"> • Quem for parte no processo e o Procurador-Chefe do Ministério Público junto ao Tribunal.
Recursos: ✓ Recurso ordinário ✓ Agravo ✓ Embargos de declaração (art. 270 da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	✓ Até 15 dias contados da publicação da decisão recorrida no DOE/MT.	<ul style="list-style-type: none"> • Quem for parte no processo principal originário e o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
Renúncia de receita (arts. 209 e 214 da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	✓ No prazo determinado pelo Conselheiro Relator (quando requisitada a documentação).	<ul style="list-style-type: none"> • Dirigentes dos órgãos supervisores, instituições operadoras e fundos que tenham atribuição administrativa de conceder, gerenciar ou utilizar os recursos decorrentes de renúncias de receitas.
Representações sobre irregularidades e ilegalidades que evidenciem danos ou prejuízos ao erário não reparados integralmente pelas medidas adotadas pela administração (art. 163 da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	✓ Imediatamente.	<ul style="list-style-type: none"> • Responsáveis pelo controle interno.
Retificação das Informações encaminhadas pelo Sistema APLIC (§ 5º do art. 3º, da Resolução Normativa nº 16/2008)	✓ Após o registro no Sistema APLIC da autorização, a unidade gestora deverá proceder o reenvio em até 15 dias.	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes de todas as unidades gestoras municipais, inclusive das associações gestoras de consórcios intermunicipais e dos RPPS com personalidade jurídica.

Tomada de contas especial (art. 156, §§ 3º e 4º da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	✓ Quando restar infrutífera a tomada de contas especial no órgão de origem ou evidenciadas irregularidades graves; ✓ Quando requisitado pelo Conselheiro Relator.	<ul style="list-style-type: none"> • Autoridade administrativa competente – todas as unidades gestoras estaduais e municipais.
---	--	---

JANEIRO

ATÉ DATA	ASSUNTO	RESPONSABILIDADE PELA REMESSA
15/01/11	Lei Orçamentária Para o Exercício de 2011 (art. 166, inc. I da Resolução Nº 14/2007 – TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefe do Poder Executivo Estadual e Municipal.
15/01/11	Plano de Aplicação dos Consórcios Públicos e Associações 2011 – Sistema APLIC - 2011 (Resolução Normativa nº 12/2009 - TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Dirigentes de Associações e de Consórcios Municipais.
15/01/11	Peças de Planejamento – Sistema APLIC (art. 175, inc. I da Resolução Nº 14/2007- TCE-MT; Resolução Normativa TCE nº 12/2009)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, inclusive das associações gestoras exclusivamente de recursos públicos e dos RPPS, independentemente da personalidade jurídica, todas da esfera municipal e dirigentes de associações gestoras de consórcios intermunicipais.
31/01/11	Balancete dezembro/2010 (art. 184, inc. II e art. 182, Inc. II da Res nº 14/2007-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes de todas as unidades gestoras estaduais, bem como os dirigentes das empresas públicas e sociedades de economia mista.
31/01/11	Informes quadrimestrais setembro a dezembro/2010 (extratos bancários e conciliações) (art. 3º da Res nº 12/2009 e 4ª Ed. Manual de Orientação para remessa de documentos ao TCE – Resolução Normativa nº 01/2009)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes dos Poderes e dirigentes de unidades gestoras Municipais, inclusive das associações gestoras de consórcios intermunicipais e dos RPPS, independente da personalidade jurídica.
31/01/11	Receita Geral do Estado – dezembro/2010 (art. 208, §1º da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Secretário de Estado de Fazenda.
31/01/11	Recadastro Anual/2011 (Art. 2º, §1º – Resolução Normativa nº 01/2009)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes de todas as unidades gestoras estaduais e Municipais.

31/01/11	Atos de Admissão de Pessoal – 3º quadrimestre/2010 – (setembro a dezembro/2010) (Resolução Normativa nº 01/2009 que aprovou a 4ª Ed. Manual de Orientação para remessa de documentos ao TCE)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes de todas as unidades gestoras estaduais e municipais.
31/01/11	Situação das obras e serviços de engenharia (inícios, medições, paralisações, reinícios e recebimentos) – Sistema GEO-OBRA-S-TCE/MT (art. 3º, inc. III da Resolução Normativa TCE nº 06/2008)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e toda e qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pelo Estado e Municípios de Mato Grosso.

FEVEREIRO

ATÉ DATA	ASSUNTO	RESPONSABILIDADE PELA REMESSA
05/02/11	RREO – 6º bimestre/2010 (art. 166, Inc. III, da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefe do Poder Executivo Estadual.
05/02/11	RGF – 3º quadrimestre/ 2010 (art. 166, Inc. III e art. 182, parágrafo único da Resolução nº 14/2007/TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário Estadual, da Defensoria Pública e do Ministério Público.
05/02/11	Informes 6º bimestre/ 2010 – Sistema LRF-Cidadão (art. 175, Inc. III e §1º da Resolução TCE nº 14/2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefe do Poder Executivo Municipal, consolidando as informações das unidades gestoras municipais.
15/02/11	Arquivo mensal de dezembro/2010 – Sistema APLIC (arts. 175, inc. II; arts. 183 e 184, parágrafos únicos; art. 187, inc. IV da Resolução Nº 14/2007 e Art. 3º, inc. II, Resolução Normativa nº 12/2009)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes de todas as unidades gestoras municipais, inclusive das associações gestoras de consórcios intermunicipais e dos RPPS com personalidade jurídica.
28/02/11	Balancete janeiro/2011 (art. 182, inc. II e art. 184, inc. II da Resolução TCE nº 14/2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes dos Poderes e dirigentes das unidades gestoras estaduais, bem como os dirigentes das empresas públicas e sociedades de economia mista.
28/02/11	Receita Geral do Estado – janeiro/2011 (art. 208, §1º da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Secretário de Estado de Fazenda.
28/02/11	Situação das obras e serviços de engenharia (inícios, medições, paralisações, reinícios e recebimentos) – Sistema GEO-OBRS-TCE/MT (art. 3º, inc. III da Resolução Normativa TCE nº 06/2008)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e toda e qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pelo Estado e Municípios de Grosso.

MARÇO

ATÉ DATA	ASSUNTO	RESPONSABILIDADE PELA REMESSA
15/03/11 (*), excepcionalmente para o exercício de 2011	Carga inicial 2011 – Sistema APLIC (art. 175, inc. I da Resolução nº 14/2007-TCE-MT; inciso II do § 1º do art. 3º, da Resolução Normativa nº 16/2008 alterada pela Resolução nº 13/2010)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, inclusive das associações gestoras exclusivamente de recursos públicos e dos RPPS, independentemente da personalidade jurídica, todas da esfera municipal.
31/03/11 <i>Obs.:prazo sujeito a alteração para o dia 1º de março, após aprovação de projeto.</i>	Contas anuais 2010 (art. 184, inc. I e art. 187, inc. III da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	Dirigentes: Administração Direta do Estado; Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista estaduais e municipais Regimes Próprios Previdenciários, independentemente da personalidade jurídica; Associações Gestoras de Consórcios Intermunicipais.
31/03/11 (*), excepcionalmente para o exercício de 2011	Arquivo Mensal de Janeiro/2011 - Sistema APLIC (arts. 175, inc. II; arts. 183 e 184, parágrafos únicos; art. 187, inc. IV da Resolução Nº 14/2007 e inciso III do § 1º do art. 3º da Resolução Normativa 16/2008 alterada pela Resolução 13/2010)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes de todas as unidades gestoras municipais, inclusive das associações gestoras de consórcios intermunicipais e dos RPPS com personalidade jurídica.
31/03/11	Balancete fevereiro/2011 (art. 182, inc. II e art. 184, inc. II da Resolução TCE nº 14/2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes dos Poderes e dirigentes das unidades gestoras estaduais, da Administração Direta e Indireta.
31/03/11	Receita Geral do Estado – fevereiro/2011 (art. 208, §1º da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Secretário de Estado de Fazenda.
31/03/11	Situação das obras e serviços de engenharia (inícios, medições, paralisações, reinícios e recebimentos) – Sistema GEO-OBRA-TCE/MT (art. 3º, inc. III da Resolução Normativa TCE nº 06/2008)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e toda e qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pelo Estado e Municípios de Mato Grosso.

ABRIL

ATÉ DATA	ASSUNTO	RESPONSABILIDADE PELA REMESSA
Até 60 dias contados da abertura da sessão legislativa anual e do ano judiciário. <i>Obs.: Prazo sujeito a alteração para o dia 1º de março, após aprovação de projeto.</i>	Contas Anuais dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público e Defensoria Pública/2010. (art. 182, inc. I da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário Estaduais, Ministério Público e Defensoria Pública.
05/04/11	RREO – 1º bimestre/2011 (art. 166, Inc. III da Resolução TCE nº 14/2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefe do Poder Executivo Estadual.
15/04/11 (*) excepcionalmente para o exercício de 2011	Arquivo mensal de fevereiro/2011 – Sistema APLIC (art. 175, inc. II; arts. 183 e 184, parágrafos únicos; art. 187, inc. IV da Resolução TCE nº 14/2007; inc. IV do § 1º do art. 3º da Resolução 16/2008-TCE-MT alterada pela Res.13/2010)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes de todas as unidades gestoras municipais, inclusive das associações gestoras de consórcios intermunicipais e dos RPPS com personalidade jurídica.
05/04/11	Informes 1º bimestre/2011 – Sistema LRF-Cidadão (art. 175, Inc. III e §1º da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefe do Poder Executivo Municipal, consolidando as informações de todas as unidades gestoras municipais.
16/04/11 <i>Obs.: sujeito à alteração por projeto de Emenda Constitucional em tramitação na Assembleia Legislativa, que visa antecipar o prazo de remessa das Contas Anuais a este Tribunal para o dia</i>	Contas Anuais de Governo/2010 (art. 183, inc. I da Resolução TCE nº 14/2007 e art. 29 da LC 269/2007; art. 209 da CE e Resolução Normativa TCE nº 10/2008)	<ul style="list-style-type: none"> • Governador do Estado e Prefeitos Municipais.

1º março do exercício seguinte ao seu encerramento.		
16/04/11 Obs. sujeito à alteração por projeto de Emenda Constitucional em tramitação na Assembleia Legislativa, que visa antecipar o prazo de remessa das Contas Anuais a este Tribunal para o dia 1º março do exercício seguinte ao seu encerramento.	Contas Anuais de Gestão/2010 (art. 183, inc. I da Resolução TCE nº 14/2007; art. 209 da CE e Resolução Normativa nº 10/2008 e Resolução Normativa. Nº 1/2009)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais.
30/04/11	Arquivo mensal de março/2011 – Sistema APLIC (art. 175, inc. II; arts. 183 e 184, parágrafos únicos; art. 187, inc. IV da Resolução TCE nº 14/2007; Resolução nº 12/2009-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, inclusive das associações gestoras exclusivamente de recursos públicos e dos RPPS, independentemente da personalidade jurídica, todas da esfera municipal.
30/04/11	Balancete março/2011 (art. 182, inc. II e art. 184, inc. II da Resolução TCE nº 14/2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes dos Poderes e dirigentes das unidades gestoras estaduais, bem como os dirigentes das empresas públicas e sociedades de economia mista.

30/04/11	Receita Geral do Estado – março/2011 (art. 208, §1º da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> Secretário de Estado de Fazenda.
30/04/11	Situação das obras e serviços de engenharia (inícios, medições, paralisações, reinícios e recebimentos) – Sistema GEO-OBRA-TCE/MT (art. 3º, inc. III da Resolução Normativa TCE nº 06/2008)	<ul style="list-style-type: none"> Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e toda e qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pelo Estado e Municípios de Mato Grosso.

MAIO

ATÉ DATA	ASSUNTO	RESPONSABILIDADE PELA REMESSA
31/05/11	Arquivo mensal de abril/2011 – Sistema APLIC (art. 175, inc. II; arts. 183 e 184, parágrafos únicos; art. 187, inc. IV da Resolução nº 14/2007 e Resolução Normativa nº 12/2008)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, inclusive das associações gestoras exclusivamente de recursos públicos e dos RPPS, independentemente da personalidade jurídica, todas da esfera municipal.
31/05/11	Informes quadrimestrais de janeiro a abril/2011-(extratos e respectivas conciliações) (Resolução Normativa nº 01/2009, Art. 8º, parágrafo único)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes dos Poderes e dirigentes de unidades gestoras municipais, inclusive das associações gestoras de consórcios intermunicipais e dos RPPS, independente da personalidade jurídica.
31/05/11	Balancete abril/2011 (art. 182, inc. II e art. 184, inc. II da Resolução TCE nº 14/2007 e art. 7º da Resolução nº 12/2009-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes dos Poderes e dirigentes das unidades gestoras estaduais, bem como os dirigentes das empresas públicas e sociedades de economia mista.
31/05/11	Receita Geral do Estado – abril/2011 (art. 208, §1º da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Secretário de Estado de Fazenda.
31/05/11	Atos de admissão de pessoal de janeiro a abril/2011 (1º quadrimestre) em meio físico. (art. 5º da Resolução Normativa nº 01/2009-TCE/MT e 4ª Ed. Manual de Orientação para remessa de documentos ao TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes do Poder e dirigentes de todas as unidades gestoras estaduais
31/05/11	Atos de admissão de pessoal de janeiro a abril/2011 (1º quadrimestre) em meio físico. (art. 5º da Resolução Normativa nº 01/2009-TCE/MT e 4ª Ed. Manual de Orientação para remessa de documentos ao TCE-MT) Observação: os atos admissionais concedidos pelos municípios a partir de 01/07/11 deverão ser encaminhados, exclusivamente, pelo Sistema APLIC-Cidadão.	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes do Poderes e dirigentes de todas as unidades gestoras municipais.

31/05/11	Situação das obras e serviços de engenharia (inícios, medições, paralisações, reinícios e recebimentos) – Sistema GEO-OBRAS-TCE/MT (art. 3º, inc. III da Resolução nº 06/2008-TCE-MT).	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e toda e qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pelo Estado e Municípios de Mato Grosso.
----------	--	--

JUNHO

ATÉ DATA	ASSUNTO	RESPONSABILIDADE PELA REMESSA
05/06/11	RREO – 2º bimestre/2011 (art. 166, Inc. III da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefe do Poder Executivo Estadual.
05/06/11	RGF – 1º quadrimestre/2011 (art. 166, Inc. III e art. 182, parágrafo único da Resolução nº 14/2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário Estaduais, da Defensoria Pública e do Ministério Público.
05/06/11	Informes 2º bimestre/2011 – Sistema LRF-Cidadão (art. 175, Inc. III e §1º da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefe do Poder Executivo Municipal, consolidando as informações das unidades gestoras municipais.
30/06/11	Arquivo mensal de maio/2011 – Sistema APLIC (art. 175, inc. II; arts. 183 e 184, parágrafos únicos; art. 187, inc. IV da Resolução nº 14/2007 e art. 3º, inc. III da Resolução nº 12/2009)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, inclusive das associações gestoras exclusivamente de recursos públicos e dos RPPS, independentemente da personalidade jurídica, todas da esfera municipal.
30/06/11	Balancete maio/2011 (art. 182, inc. II e art. 184, inc. II da Resolução TCE nº 14/2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes dos Poderes e dirigentes das unidades gestoras estaduais, bem como os dirigentes das empresas públicas e sociedades de economia mista.
30/06/11	Receita Geral do Estado – maio/2011 (art. 208, §1º da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Secretário de Estado de Fazenda.
30/06/11	Situação das obras e serviços de engenharia (inícios, medições, paralisações, reinícios e recebimentos) – Sistema GEO-OBRA-TCE/MT (art. 3º, inc. III da Resolução nº 06/2008-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e toda e qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pelo Estado e Municípios de Mato Grosso.

JULHO

ATÉ DATA	ASSUNTO	RESPONSABILIDADE PELA REMESSA
31/07/11	Arquivo mensal de junho/2011 – Sistema APLIC (art. 175, inc. II; arts. 183 e 184, parágrafos únicos; art. 187, inc. IV da Resolução TCE nº 14/2007 e Resolução Normativa nº 12/2009, art.3º, inc.III)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, inclusive das associações gestoras exclusivamente de recursos públicos e dos RPPS, independentemente da personalidade jurídica, todas da esfera municipal.
31/07/11	Balancete junho/2011 (art. 182, inc. II e art. 184, inc. II da Resolução TCE nº 14/2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes dos Poderes e dirigentes das unidades gestoras estaduais, bem como os dirigentes das empresas públicas e sociedades de economia mista.
31/07/11	Receita Geral do Estado – junho/2011 (art. 208, §1º da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Secretário de Estado de Fazenda.
31/07/11	Situação das obras e serviços de engenharia (inícios, medições, paralisações, reinícios e recebimentos) – Sistema GEO-OBRAS-TCE/MT (art. 3º, inc. III da Resolução nº 06/2008-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e toda e qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pelo Estado e Municípios de Mato Grosso.

AGOSTO

ATÉ DATA	ASSUNTO	RESPONSABILIDADE PELA REMESSA
05/08/11	RREO – 3º bimestre/2011 (art. 166, Inc. III da Resolução TCE nº 14/2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefe do Poder Executivo Estadual.
05/08/11	Informes 3º bimestre/2011 – Sistema LRF-Cidadão (art. 175, Inc. III e §1º da Resolução TCE nº 14/2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefe do Poder Executivo Municipal, consolidando as informações das unidades gestoras municipais.
31/08/11	Arquivo mensal de julho/2011 – Sistema APLIC (art. 175, inc. II; arts. 183 e 184, parágrafos únicos; art. 187, inc. IV da Resolução TCE nº 14/2007 e Resolução Normativa nº 12/2009, art.3º, inc.III)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, inclusive das associações gestoras exclusivamente de recursos públicos e dos RPPS, independentemente da personalidade jurídica, todas da esfera municipal.
31/08/11	Balancete julho/2011 (art. 182, inc. II e art. 184, inc. II da Resolução TCE nº 14/2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes dos Poderes e dirigentes das unidades gestoras estaduais, bem como os dirigentes das empresas públicas e sociedades de economia mista.
31/08/11	Receita Geral do Estado – julho/2011 (art. 208, §1º da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Secretário de Estado de Fazenda.
31/08/11	Situação das obras e serviços de engenharia (inícios, medições, paralisações, reinícios e recebimentos) – Sistema GEO-OBRS-TCE/MT (art. 3º, inc. III da Resolução nº 06/2008-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e toda e qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pelo Estado e Municípios de Mato Grosso.

SETEMBRO

ATÉ DATA	ASSUNTO	RESPONSABILIDADE PELA REMESSA
30/09/11	Arquivo mensal de agosto/2011 – Sistema APLIC (art. 175, inc. II; arts. 183 e 184, parágrafos únicos; art. 187, inc. IV da Resolução TCE nº 14/2007 e Resolução Normativa nº 12/2009, art.3º, inc.III)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, inclusive das associações gestoras exclusivamente de recursos públicos e dos RPPS, independentemente da personalidade jurídica, todas da esfera municipal.
30/09/11	Informes quadrimestrais de maio a agosto/2011 (extratos e respectivas conciliações) (art. 7º da Resolução nº 16/2009 e Resolução Normativa nº 01/2009, Art. 8º, parágrafo único)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes dos Poderes e dirigentes de unidades gestoras municipais, inclusive das associações gestoras de consórcios intermunicipais e dos RPPS, independente da personalidade jurídica.
30/09/11	Balancete agosto/2011 (art. 182, inc. II e art. 184, inc. II da Resolução TCE nº 14/2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes dos Poderes e dirigentes das unidades gestoras estaduais, bem como os dirigentes das empresas públicas e sociedades de economia mista.
30/09/11	Receita Geral do Estado – agosto/2011 (art. 208, §1º da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Secretário de Estado de Fazenda.
30/09/11	Atos de admissão de pessoal de maio a agosto/2011 (2º quadrimestre), acompanhado do parecer do controle interno sobre a totalidade dos atos realizados no quadrimestre. (art. 5º da Resolução Normativa nº 01/2009-TCE/MT e 4ª Ed. Manual de Orientação para remessa de documentos ao TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefe de Poder e dirigentes de todas as unidades gestoras estaduais.

31/05/11	<p>Atos de admissão de pessoal de maio a junho/2011 (em meio físico). (art. 5º da Resolução Normativa nº 01/2009-TCE/MT e 4ª Ed. Manual de Orientação para remessa de documentos ao TCE-MT)</p> <p>Observação:os atos admissionais concedidos pelos municípios a partir de 01/07/11 deverão ser encaminhados, exclusivamente, pelo Sistema APLIC-Cidadão..</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes do Poderes e dirigentes de todas as unidades gestoras municipais.
30/09/11	<p>Situação das obras e serviços de engenharia (inícios, medições, paralisações, reinícios e recebimentos) – Sistema GEO-OBRS-TCE/MT (art. 3º, inc. III da Resolução nº 06/2008-TCE-MT)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e toda e qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pelo Estado e Municípios de Mato Grosso.

OUTUBRO

ATÉ DATA	ASSUNTO	RESPONSABILIDADE PELA REMESSA
05/10/11	RREO – 4º bimestre/2011 (art. 166, Inc. III da Resolução TCE nº 14/2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefe do Poder Executivo Estadual.
05/10/11	RGF – 2º quadrimestre/2011 (art. 166, Inc. III e art. 182, parágrafo único da Resolução TCE nº 14/2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefe dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário Estadual, da Defensoria Pública e do Ministério Público.
05/10/11	Informes 4º bimestre/2011 – Sistema LRF-Cidadão (art. 175, Inc. III e §1º da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefe do Poder Executivo Municipal, consolidando as informações das unidades gestoras municipais.
31/10/11	Arquivo mensal de setembro/2011 – Sistema APLIC (art. 175, inc. II; arts. 183 e 184, parágrafos únicos; art. 187, inc. IV da Resolução TCE nº 14/2007 e Resolução Normativa TCE nº 12/2009)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, inclusive das associações gestoras exclusivamente de recursos públicos e dos RPPS, independentemente da personalidade jurídica, todas da esfera municipal.
31/10/11	Balancete setembro/2011 (art. 182, inc. II e art. 184, inc. II da Resolução TCE nº 14/2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes dos Poderes e dirigentes das unidades gestoras estaduais, bem como os dirigentes das empresas públicas e sociedades de economia mista.
31/10/11	Receita Geral do Estado – setembro/2011 (art. 208, §1º da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Secretário de Estado de Fazenda.
31/10/11	Situação das obras e serviços de engenharia (inícios, medições, paralisações, reinícios e recebimentos) – Sistema GEO-OBRA-TCE/MT (art. 3º, inc. III da Resolução nº 06/2008-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e toda e qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pelo Estado e Municípios de Mato Grosso.

NOVEMBRO

ATÉ DATA	ASSUNTO	RESPONSABILIDADE PELA REMESSA
30/11/11	Arquivo mensal de outubro/2011 – Sistema APLIC (art. 175, inc. II; arts. 183 e 184, parágrafos únicos; art. 187, inc. IV da Resolução TCE nº 14/2007 e Resolução Normativa TCE nº 12/2009)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, inclusive das associações gestoras exclusivamente de recursos públicos e dos RPPS, independentemente da personalidade jurídica, todas da esfera municipal.
30/11/11	Balancete outubro/2011 (art. 182, inc. II e art. 184, inc. II da Resolução TCE nº 14/2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes dos Poderes e dirigentes das unidades gestoras estaduais, bem como os dirigentes das empresas públicas e sociedades de economia mista.
30/11/11	Receita Geral do Estado – outubro/2011 (art. 208, §1º da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Secretário de Estado de Fazenda.
30/11/11	Situação das obras e serviços de engenharia (inícios, medições, paralisações, reinícios e recebimentos) – Sistema GEO-OBRA-S-TCE/MT (art. 3º, inc. III da Resolução nº 06/2008-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e toda e qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pelo Estado e Municípios de Mato Grosso.

DEZEMBRO

ATÉ DATA	ASSUNTO	RESPONSABILIDADE PELA REMESSA
05/12/11	RREO – 5º bimestre/2011 (art. 166, Inc. III da Resolução TCE nº 14/2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefe do Poder Executivo Estadual.
05/12/11	Informes 5º bimestre/2011 – Sistema LRF-Cidadão (art. 175, Inc. III e §1º da Resolução TCE nº 14/2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefe do Poder Executivo Municipal, consolidando as informações das unidades gestoras municipais.
31/12/11	Arquivo mensal de novembro/2011 – Sistema APLIC (art. 175, inc. II; arts. 183 e 184, parágrafos únicos; art. 187, inc. IV da Resolução TCE nº 14/2007 e Resolução Normativa TCE nº 12/2009)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, inclusive das associações gestoras exclusivamente de recursos públicos e dos RPPS, independentemente da personalidade jurídica, todas da esfera municipal.
31/12/11	Balancete novembro/2011 (art. 182, inc. II e art. 184, inc. II da Resolução TCE nº 14/2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes dos Poderes e dirigentes das unidades gestoras estaduais, bem como os dirigentes das empresas públicas e sociedades de economia mista.
31/12/11	Receita Geral do Estado – novembro/2011 (art. 208, §1º da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Secretário de Estado de Fazenda.
31/12/11	LDO 2012 (art. 166, inc. II da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefe do Poder Executivo Estadual e Municipal.
31/12/11	PPA 2012-2015 (art. 166, inc. II da Resolução nº 14/2007-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefe do Poder Executivo Estadual.
31/12/11	Situação das obras e serviços de engenharia (inícios, medições, paralisações, reinícios e recebimentos) – Sistema GEO-OBRA-TCE/MT (art. 3º, inc. III da Resolução nº 06/2008-TCE-MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Poderes e dirigentes das autarquias, fundações, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e toda e qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pelo Estado e Municípios de Mato Grosso.

Atualização de Conteúdo Técnico : Consultoria Técnica

<i>Supervisão:</i>	<i>Risodalva Beata de Castro.....</i>	<i>Secretária Geral de Controle Externo</i>
<i>Coordenação e Revisão:</i>	<i>Ronaldo Ribeiro de Oliveira.....</i>	<i>Secretário Chefe da Consultoria Técnica</i>
<i>Elaboração :</i>	<i>Bruno Anselmo Bandeira.....</i>	<i>Consultor de Orientação ao Jurisdicionado</i>
	<i>Bruna Henriques de Jesus Zimmer.....</i>	<i>Consultora de Estudos e Normas</i>
	<i>Jeane Ferreira Rassi Carvalho.....</i>	<i>Assistente da Consultoria Técnica</i>
	<i>Maria Edileuza dos Santos Metello</i>	<i>Técnico de Controle Público Externo</i>
	<i>Renato Marçal de Mendonça.....</i>	<i>Técnico de Controle Público Externo</i>